

ATA DA 14ª REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA SC PARTICIPAÇÕES E PARCERIAS – SCPAR

1. Data, Hora e Local

- 1.1 **Data:** 10 de maio de 2021
- 1.2 **Hora:** 9:30h às 11:40h
- 1.3 **Local:** Reunião realizada por videoconferência em razão das medidas de prevenção e enfrentamento à pandemia de COVID-19, com base no art. 12, §1º do RICAE.

2. Presenças

- 2.1 Bruno Bartelle Basso, Carlos Rocha Velloso e Paulo Roberto Reichelt Ayres, membros do CAE.

3. Ordem do Dia

- 3.1. Tomar conhecimento da qualidade e da integridade dos sistemas e mecanismos de controle da Comissão Permanente de Licitação (CPL), Controladoria Interna, Contabilidade, Gerência Jurídica e Ouvidoria no Porto de Imbituba.

4. Desenvolvimento dos Trabalhos

- 4.1. Para tomar conhecimento da qualidade e da integridade dos sistemas e mecanismos da Comissão Permanente de Licitação (CPL), Controladoria Interna, Contabilidade, Gerência Jurídica e Ouvidoria no Porto de Imbituba, o Comitê de Auditoria Estatutário solicitou que fossem convidados os senhores Ricardo da Silva Berto - Presidente da CPL, Octávio Faria de Almeida Barros - Controlador Interno, Elivelton Luiz Doré – Contador, Valdomiro Ribeiro - Gerente Jurídico e Murilo de Medeiros – Ouvidor.

- 4.1.1. O sr. Ricardo da Silva Berto, Presidente da CPL, informou que, atualmente, o setor possui 3 funcionários de carreira, 2 estagiários e 1 terceirizado. Mencionou, também, que o Porto de Imbituba possui 4 pregoeiros nomeados, que se revezam por meio de sorteio, buscando, assim, evitar que o mesmo funcionário participe de todas as fases do processo de licitação. Afirmou que, atualmente, as três principais licitações são as relacionadas à dragagem, à iluminação de

toda área portuária e à pavimentação das vias internas do Porto. O sr Ricardo informou que a organização possui 135 contratos administrativos em vigor, mas que irá fornecer uma lista de contratos e licitações do Porto aos membros do CAE. Discorreu que a grande maioria dos contratos são derivados de licitações e não de situações urgentes e/ou emergenciais. O sr Ricardo informou que o Regulamento de Licitação está em constante atualização, estando em processo de revisão pela Comissão de Sistematização. Destacou, ainda, que além do número reduzido de funcionários, a companhia não nomeou o responsável pela gestão dos contratos, o que dificulta a organização setorial e reduz a qualidade dos controles.

4.1.2. O sr. Octavio Faria de Almeida Barros, Controlador Interno, discorreu a respeito de seu histórico profissional na empresa e acerca da evolução dos procedimentos internos na companhia nos últimos anos. Informou, ainda, que não é mais o Auditor interno da Companhia, mas, sim, o Controlador Interno, estando vago aquele cargo. A par dessas premissas, citou o que julga relevante em relação aos pontos a serem melhorados na empresa, como por exemplo: melhora na gestão dos contratos administrativos, diminuição do número de mudanças constantes de Administradores em um curto espaço de tempo, falta de estruturação da área de Gestão de Riscos e *Compliance*, ausência de isonomia em relação à política de gratificações nas empresas do grupo econômico e fora dele, grande rotatividade de funções e ausência de nomeação de pessoas para o nível tático da organização. O Sr. Octávio ressaltou que, após efetivada a entrega do relatório de controle interno e os documentos da NTC 20/2015 do TCE, a Controladoria Interna se dedicará a levantar e atualizar os processos geradores de multas em 2020. Mencionou que está elaborando a resposta de várias penalidades impostas pela ANTAQ e que tem dificuldade em atribuir responsabilidades e avaliar as melhorias necessárias para evitar novas autuações.

4.1.3. O sr. Elivelton Luiz Doré, Contador e Conselheiro de Administração do Porto, informou que é empregado de carreira da empresa desde o ano de 2015, e que a partir de 2016 passou a ser o responsável técnico pela contabilidade da empresa. Informou que a contabilidade foi estruturada a partir do ano de 2016 de forma interna e que conta atualmente com 3 (três) profissionais diretamente envolvidos nas atividades contábeis. Informou que, desde então, houve grandes melhorias no setor, citando: a adoção de um plano de contas estruturado, a utilização de um manual de lançamentos contábeis, a realização de rotinas de *double check* e uma maior transparência na divulgação das informações. Ao ser questionado sobre a estruturação dos setores, afirmou que entende ser necessário melhorias na área administrativa

com a adoção de níveis intermediários de gestão nos setores, uma vez que não há qualquer gerência ou função designada, fazendo com que empregados tenham que sobrecarregar a diretoria executiva em rotinas cotidianas, suprimindo o tempo necessário para dedicação em demandas estratégicas. Entende adequado a instituição de um regimento interno com as funções bem definidas entre os setores. Ao ser questionado sobre o que melhorar em seu departamento (contabilidade), acredita que deve ser estruturado um planejamento financeiro mais rigoroso, de modo a buscar uma gestão por resultados na empresa.

4.1.4. O sr. Valdomiro Ribeiro da Silva Neto, Gerente Jurídico, destacou que, atualmente, a equipe do Jurídico possui 04 advogados de carreira, sendo um deles cedido da SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR, Dr. Cleverton Elias Vieira, ante a sua grande experiência na área de regulação e área portuária. Informou que a realização de controle de prazos legais é realizada pelo sistema Publicações Online, que tem se mostrado eficiente ante a quantidade de processos judiciais. Informou que as demandas mais complexas são discutidas por todos os Advogados, a fim de haver o compartilhamento de teses e melhoria das peças. Destacou o processo relacionado à Santos Brasil Participações S.A. (TECON), que, a depender do resultado, poderá impactar diretamente no faturamento da Companhia, em razão do valor em discussão (cerca de 33 milhões de reais). Esclareceu que, até o momento, houve a concessão liminar do pedido da Santos Brasil Participações S.A., de modo que o pagamento por ela devido encontra-se suspenso. Destacou que esta é a questão que merece maior atenção do ponto de vista jurídico, sendo recomendável que haja um esforço coletivo por parte de todos os envolvidos e demais partes interessadas. Informou, por fim, que remeterá aos membros do CAE o relatório das ações que se encontram ajuizadas e sob a tutela da sua área.

4.1.5. O sr. Murilo de Medeiros, Ouvidor, informou que a Ouvidoria Interna passou a trabalhar de forma vinculada à Ouvidoria Geral do Estado desde o segundo semestre de 2019. Destacou que o Porto instituiu o Comitê de Conduta de Integridade que faz a análise prévia da denúncia (checagem de indícios, classificação da denúncia, se é descumprimento do Código de Conduta), recebidas pela Ouvidoria. Citou que o processo de apuração é definido e realizado pela própria área que fará a investigação. Por fim, relatou que realiza o controle das denúncias recebidas por meio de uma planilha excel e que a disponibilizará aos membros do CAE.

5. Encerramento

5.1 Nada mais havendo a tratar, o Coordenador do Comitê deu por encerrada a reunião, sendo confeccionada esta ata que foi lida e, excepcionalmente, em razão das medidas de prevenção e enfrentamento à pandemia de COVID-19, foi assinada digitalmente por meio do Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico de SC.

Florianópolis/SC, 10 de maio de 2021.

Bruno Bartelle Basso
Coordenador

Carlos Rocha Velloso
Membro

Paulo Roberto Reichelt Ayres
Membro

Bruna Eva M. dos Anjos
Secretária Geral